

- IV -**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: O
CURRÍCULO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO**

Ângela Cristina Alves Albino – UFPB
angela.educ@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular foi homologada em dezembro de 2017, resultado das discussões vivenciadas com maior intensificação desde 2015 e, situando-a num contexto histórico, referendada pela Constituição Federativa do Brasil (CFB/1988), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997-2000), Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB/1996), Plano Nacional da Educação (PNE/ 2014-2024), Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (CNE\CEB\2010), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN\2013) e, recentemente no Plano Nacional da Educação (PNE/2014-2024).

Na perspectiva de pensar um processo de implementação de um currículo é interessante refletirmos sobre alguns questionamentos: O que é o currículo? Como é concebido? Por que o próprio texto oficial nega que a Base Nacional Comum Curricular é currículo? O que os docentes entendem por currículo? E o currículo por competências? O que é? Como os docentes enxergam essa organização? Quais as implicações na autonomia docente?

Partindo dessas preocupações, é importante compreender como alguns cientistas se posicionam a respeito do conceito de currículo, sobretudo do currículo por competências, levando em consideração que é como a Base Nacional estar organizada.

A partir da compreensão ampla sobre o currículo, nas palavras de Silva (2011) “O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade” (p. 150). Além disso, o autor clarifica que “um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão "seguir" aquele currículo.” (SILVA, 2005, p. 15). Por essa razão, como não afirmar a Base Nacional como currículo? Como não definir como currículo um documento que traz

os direitos às aprendizagens a serem desenvolvidas pelo educando ao longo da educação básica nacional? Um documento que traz competências, habilidades e, de certo modo, molda o tipo de sujeito que se quer formar? Um documento que constrói identidades? Que, sobretudo, foi construído sob disputas políticas, das quais as relações de poder estão abarcadas?

A considerar as competências na Base Nacional Comum, é importante antes de tudo situá-la em um contexto histórico, observando como se conceito se desdobrou no campo educacional. Existe um grande debate científico a esse respeito, por um lado divergente ao tecer críticas a esse paradigma, por outro, convergente, quando se trata de reconhecer a importância desse “novo” paradigma curricular. A ideia de competência, não é recente como muitos acreditam ser.

Diante disso, buscando aprofundar os estudos em torno da autonomia docente no atual processo de implementação curricular, focaremos no trabalho desenvolvido pelo programa de licenciaturas — PROLICEN/UFPB/2018, intitulado BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: significações em torno da autonomia docente, analisar as significações discursivas de autonomia na voz docente e no texto oficial que compõe a Base Nacional Comum Curricular.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido em três escolas públicas de educação básica do município de Remígio-PB. Participaram da pesquisa um total de 21 professores de formações diversas, haja vista que a política curricular afeta a todos. O levantamento de dados foi realizado por meio de um questionário com oito questões abertas e fechadas, das quais quatro serão analisadas e discutidas nesse trabalho.

A pesquisa limitou-se em analisar a partir da perspectiva de Fairclough (2001) o discurso como constitutivo das práticas sociais. Ao tecer uma concepção de autonomia docente, de currículo, de sujeito competente observaremos de que forma esses termos se desdobram nos discursos dos docentes, além disso se o discurso se encontra numa ordem hegemônica ou contra-hegemônica.

Após as análises dos dados, os professores, gestores, secretários de educação, estudantes de licenciatura foram convidados a participar de um evento de formação, intitulado “ V Seminário de formação docente: O jogo das competências na Base Nacional Comum Curricular”, realizado no dia 26 de setembro de 2018, na Universidade Federal da

Paraíba (UFPB) Centro de Ciências Agrárias (CCA). O evento contou com a presença de 153 participantes das regiões circunvizinhas. Ao final do evento foi aberto momento para tirar dúvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme foi destacado anteriormente, as análises serão discutidas a partir da perspectiva de Fairclough (2001), isto é, focando no discurso como constitutivo das práticas sociais. Portanto, extraímos do questionário quatro questões, que trarão a concepção dos professores sobre: o que é currículo, o que é para o docente um indivíduo competente, significações sobre o currículo nacional – Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como sobre o currículo local, articulando esses aspectos a autonomia docente.

A considerar o contexto de transformações constantes na sociedade, é importante ressaltar, também, a fluidez do currículo frente às mudanças, uma vez que o currículo é construído socialmente. Conforme Silva (2011) “o currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram” (p. 150). Desse modo, o currículo é concebido das necessidades de cada sociedade que, historicamente vem se modificado. Ao buscar compreender a concepção dos professores sobre currículo, percebeu-se significações relacionadas ainda a uma perspectiva tradicional de teoria do currículo, quando os docentes ressaltaram com maior expressividade o currículo como conjunto de conteúdo, disciplinas, técnicas a serem ministrados no fazer pedagógico. Podemos verificar na íntegra através dos seguintes discursos: “*É o que é essencial para ser ministrado.*” (Professor 7), “*é um conjunto de conteúdo, o que deve ser aprendido pelos estudantes em um determinado ano.*” (Professor 13), “*programa ou plano a ser desenvolvido no âmbito da escola.*” (Professor 16)

A base nacional define que 60% dos currículos devem se basear no currículo nacional, enquanto os outros 40% ficam à disposição das redes e escolas, isto é, para atender as demandas regionais de cada estado. Porém, é importante questionar: esses 40% são suficientes para atender as demandas locais, regionais e culturais? O currículo local não deveria ter parcela máxima? Como fica a autonomia docente diante disso?

Os docentes acreditam em parte ou parcialmente que uma avaliação nacional, como, por exemplo o ENEM, SAEB, Prova Brasil, pode comprometer os saberes locais em detrimento dos objetivos de aprendizagem nacionais. Assim como, um currículo nacional pode, mesmo que em parte, atrapalhar sua autonomia docente. A partir dessas afirmações percebe-se que os discursos caminham contra o que a base tem defendido e afirmado,

caracterizando um discurso de ordem contra-hegemônica na perspectiva de Fairclough (2001).

CONCLUSÃO

No processo de desenvolvimento do nosso projeto entendemos que, a base nacional define que 60% dos currículos devem se basear no currículo nacional, os outros 40% ficam à disposição das redes e escolas, isto é, para atender as demandas regionais de cada estado. Porém, é importante questionar: esses 40% são suficientes para atender as demandas locais, regionais e culturais? O currículo local não deveria ter parcela máxima? Como fica a autonomia docente diante disso?

Os docentes acreditam em parte ou parcialmente que uma avaliação nacional, como, por exemplo o ENEM, SAEB, Prova Brasil, pode comprometer os saberes locais em detrimento dos objetivos de aprendizagem nacionais. Assim como, um currículo nacional pode, mesmo que em parte, atrapalhar sua autonomia docente. A partir dessas afirmações percebe-se que os discursos caminham contra o que a base tem defendido e afirmado, caracterizando um discurso de ordem contra-hegemônica na perspectiva de Fairclough (2001).

A experiência extensionista demonstra o seu potencial de diálogo com os docentes e, o quanto é importante nesse movimento de reforma curricular, uma ação que pretenda “ouvir” de forma efetiva os docentes que estão no chão da escola. Os professores demonstram conflitos, mas sobretudo resistência para assimilar uma política verticalizada de currículo, inclusive aqueles que decidiram não participar de forma efetiva, na colaboração com o questionário. A docência e sua interpretação precisa ser melhor contemplada nas políticas curriculares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Básica, Brasília – 3º versão, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno et al. **Educar por Competências – O que há de novo?** Porto Alegre: Artmed, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu Da. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Obs. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC é uma política de currículo nacional e foi homologada em dezembro de 2017, a versão que compreende as duas primeiras etapas da Educação básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental. A política curricular incide diretamente nas práticas dos docentes. Nesse contexto de implementação tensões e ambiguidades discursivas são geradas em torno da política curricular. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as significações em torno da autonomia docente, no processo de implementação curricular. Para isso, serão analisados processos de produção discursiva no trabalho desenvolvido pelo programa de licenciaturas — PROLICEN\UFPB\2018, intitulado BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: significações em torno da autonomia docente.